

Resumo de notícias econômicas

29 de junho de 2021 (terça-feira)

Ano 3 n. 120

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 29 DE JUNHO DE 2021

Com risco de apagão, agência quer dobrar taxa sobre energia

O Estado de S. Paulo

Com a crise hídrica e a utilização de usinas térmicas para evitar um apagão, a área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calcula que a taxa referente à bandeira vermelha nível dois na conta de luz do consumidor brasileiro deve subir dos atuais R\$ 6,24 para cerca de R\$ 12,00 a cada 100 quilowatts-hora consumidos. O entendimento é de que o setor elétrico passa por um momento nunca visto em nove décadas e será necessário fazer frente aos custos elevados de operação das usinas térmicas. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pediu em rede nacional de rádio e TV que a população poupe água e energia elétrica. O governo editou uma MP que dá a Albuquerque poderes excepcionais para o enfrentamento da crise. O texto da MP foi alterado antes da publicação e não há mais menção a um programa de racionamento ou racionalização do uso de energia, como na primeira versão.

A área técnica da Aneel calcula que o novo patamar da bandeira vermelha nível dois deve subir para algo entre R\$ 11,50 e R\$ 12,00 a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Esse seria o valor necessário para cobrir todo o custo adicional com o acionamento de termelétricas ao longo do segundo semestre deste ano, diante da situação crítica dos reservatórios de água e do risco de um novo racionamento de energia. A decisão final será tomada hoje em reunião pública do órgão regulador, formada por cinco diretores.

A sugestão da área técnica não tem caráter obrigatório, de forma que a diretoria pode, se assim desejar, aprovar um valor menor ou maior do que o proposto. Se forem acatados, os valores vão representar um aumento entre 84,3% e 92,3%, respectivamente, na taxa extra embutida nas contas de luz. A bandeira vermelha nível 2 está em R\$ 6,24 a cada 100 quilowatts-hora. A proposta da Aneel era um reajuste para R\$ 7,57 por 100 kwh – um salto de até 21%. Mas, no dia 15, em audiência pública na

Comissão de Minas e Energia da Câmara, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, confirmou que o reajuste superaria esse percentual.

A energia elétrica é um dos itens de maior peso na inflação oficial medida pelo IPCA, respondendo por 4,24% da cesta de consumo. O economista André Braz, coordenador de índices de preços da FGV, diz que um aumento da bandeira para R\$ 11,00 levaria a uma alta de 10,5% no item energia elétrica. Esse efeito, sozinho, geraria um impacto de 0,4 ponto porcentual na inflação em julho. Na inflação das famílias de baixa renda, medida pelo INPC, o impacto seria até maior – superior a 0,5 ponto, afirma Braz. O sócio e economista-chefe da RPS Capital, Gabriel Leal de Barros, calcula um impacto no IPCA de 0,25 ponto porcentual, se a bandeira for reajustada para R\$ 11,50, e de 0,27 ponto, se for para R\$ 12,00.

O entendimento é que o setor elétrico passa por um momento nunca visto antes e que será necessário fazer frente aos custos de usinas térmicas, para garantir o fornecimento de energia no País. Por isso, a avaliação é que seria necessário dar um sinal claro aos consumidores de que a geração de energia está mais cara. O atual nível da bandeira vermelha dois não tem sido suficiente para incentivar os consumidores a economizarem energia.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 para indicar os valores da energia no País aos consumidores. Na prática, as cores e modalidades – verde, amarela e vermelha nível um e dois – indicam se haverá ou não cobrança extra nas contas de luz. A medida também atenuou os efeitos no orçamento das distribuidoras. Até então, as empresas eram obrigadas a carregar os custos, que só eram repassados às contas de luz no reajuste tarifário anual.

Enquanto os reajustes tarifários ordinários nas tarifas dos consumidores são feitos apenas uma vez por ano, os valores das bandeiras são repassados mensalmente. Porém, com o agravamento da crise hídrica e o aumento do custo de geração, eles não têm sido suficientes para cobrir toda a despesa para a compra de energia. Assim, há um problema de descasamento entre o que as concessionárias precisam pagar agora aos geradores e o que estão efetivamente recebendo dos consumidores.

Governo propõe criar comitê de crise com poderes excepcionais

O Estado de S. Paulo

O governo publicou ontem uma medida provisória (MP) que dá poderes excepcionais para o enfrentamento da crise hídrica ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. A versão final da MP sofreu várias mudanças em relação à primeira proposta. Após a repercussão negativa, o governo decidiu retirar o termo “racionalização compulsória” do texto. O trecho abria a possibilidade de o governo implementar um racionamento de energia. Não há mais nenhuma menção ao programa de racionamento (corte compulsório no consumo de energia) ou à racionalização (incentivo à economia de energia). A MP foi publicada em edição extra no Diário Oficial da União (DOU).

Pela MP, todos os custos dessas decisões, financeiros e ambientais, serão pagos por meio de um encargo embutido na conta de luz – Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que é pago por todos os consumidores, sejam os cativos atendidos por distribuidoras ou os livres (grandes consumidores, como indústrias).

O governo trocou também o nome e a composição do comitê que poderá determinar medidas como mudanças nas vazões de reservatórios e hidrelétricas. Agora, as ações serão da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG). Na versão anterior, era Câmara de Regras Operacionais Excepcionais para Usinas Hidrelétricas (CARE).

O texto prevê que o ministro poderá praticar atos “ad referendum”, o que significa que Bento Albuquerque poderá definir medidas de forma individual, antes das deliberações com o restante das autoridades. Essas decisões deverão ser analisadas posteriormente nas reuniões.

Caberá ao comitê “adotar medidas emergenciais para enfrentar os riscos de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético”. O grupo será formado ainda pelos ministros do Desenvolvimento Regional, da Agricultura, do Meio Ambiente, da Infraestrutura e da Economia – este último estava ausente na primeira versão da MP. A MP, porém, não traz muitos detalhes sobre o que seriam as “medidas excepcionais” que poderão ser adotadas.

Em 2001, o governo também formou um grupo para gerenciar a crise no setor elétrico. A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) foi criada por meio de medida provisória dois meses antes do início do racionamento.

O texto da MP de 2001 já deixava claras as medidas que poderiam ser adotadas, como o funcionamento e as metas do programa emergencial de redução compulsória de consumo; medidas para atenuar os impactos da crise sobre crescimento, emprego e renda; propostas de diversificação da matriz energética; restrições ao uso da água de hidrelétricas; e a cobertura das perdas das distribuidoras, que tiveram direito a reajustes extraordinários em razão dessas decisões. O texto destaca que o comitê deverá “buscar a adequada compatibilização da política energética, de recursos hídricos e ambiental”, observadas as prioridades para consumo humano e a dessedentação de animais. Um dos parágrafos indica que as vazões das hidrelétricas poderão ser reduzidas até um ponto em que “sejam superiores às vazões que ocorreriam em condições naturais, caso não existissem barragens na bacia hidrográfica”.

Isso significa que o Poder Executivo terá autoridade para adotar medidas que podem afetar negativamente lagos de regiões turísticas ou operações de hidrovias. O eventual impacto dependerá da capacidade de as vazões que ocorreriam em condições naturais garantirem o nível de água suficiente para viabilizar as atividades turísticas e de hidrovias. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, havia demonstrado incômodo com a publicação da MP, já que ela permitirá restringir o reservatório da hidrelétrica de Furnas, no sul de Minas Gerais, e priorizar o uso da água para energia.

E-commerce dá fôlego a embalagens e faz setor crescer acima da média do PIB

Broadcast

O setor de embalagens, historicamente, tem um crescimento ligado ao PIB. É visto como um termômetro da atividade: como a economia brasileira é bastante ligada ao consumo, a área possui um ritmo de expansão similar. Mas, desde o início da pandemia, houve um descolamento, puxado pelo aumento do e-commerce. Enquanto o

PIB teve queda de 4,1% em 2020, o setor cresceu 0,5%, na contramão da indústria. O papel, sozinho, teve alta de 1%.

E, agora, com um crescimento de cerca de 4% esperado para o PIB em 2021, o segmento de papel deve ter um ano ainda melhor. Somente no primeiro trimestre, o crescimento foi de 9,6% na comparação com o mesmo período de 2020, o que fez com que as previsões do setor mudassem. Segundo a Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel), o crescimento anual será de 8,8%, ante 4,9% da estimativa anterior.

Trata-se de um crescimento sustentável? Na visão de Gabriella Michelucci, presidente da Empapel, sim. “O mercado interno está aquecido, e a procura continua intensa. A entrega de alimentação e as compras por e-commerce dispararam. Por isso, os investimentos na área estão subindo.” Esses bilhões de reais em investimentos têm resultado em mais produção. Em maio de 2021, a prévia do Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) subiu 24,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse bom momento tem impactado diretamente no balanço das empresas do setor. Não por acaso, nos últimos dois trimestres houve uma virada no balanço da Klabin: o setor de embalagens passou a ser maior do que o da celulose.

Isso fez com que a empresa anunciasse um investimento adicional de R\$ 2,6 bilhões no projeto Puma II, localizado na cidade de Ortigueira (PR). O novo aporte será utilizado na instalação de uma máquina de papel cartão, utilizado para embalagens de alimentos. O investimento total na planta será de R\$ 12,9 bilhões até 2023. “Houve muita dúvida no início da pandemia, e tomamos um susto com a demanda. Esse cenário era inimaginável em 2018”, diz Douglas Dalmasi, diretor de embalagem da Klabin.

Após crescer 41% em 2020, segundo dados da consultoria Ebit em parceria com a Nielsen, o aumento esperado para as vendas online é de 26%. Por isso, a Irani, outra empresa focada em papel e listada em Bolsa, está ampliando os aportes.

A companhia já começa a planejar novos investimentos além dos R\$ 743 milhões que estão em execução até 2023 na Plataforma Gaia, que é o plano de expansão e modernização das fábricas. No início de junho, a companhia teve um financiamento com o BNDES de R\$ 484 milhões aprovado, o que ajudará a companhia a diminuir a alavancagem.

Porém, Sérgio Ribas, CEO da Irani, não está de olho em aquisições. “É preferível fazer um investimento em máquina a fazer uma aquisição e ter um trabalho absurdo de incorporação.” Os analistas e investidores estão otimistas com o setor. As ações da Irani, por exemplo, tiveram uma alta de 69% desde janeiro. E a tendência é de alta, segundo a corretora XP, após o crescimento de 214,2% do lucro da Irani no primeiro trimestre deste ano.

A Klabin, por sua vez, não está tendo seus melhores anos na Bolsa. Desde janeiro, as suas ações estão com queda de 3,3%. Porém, na visão do analista Ilan Arbertman, da Ativa Investimentos, o setor de embalagens será um importante vetor de expansão da companhia. Ele enxerga uma possibilidade de alta de quase 50% das ações. “A preocupação com o ESG também ajuda o setor, já que o papel é mais sustentável do que o plástico.”

Mais receita, mais despesa, menos ajuste

O Estado de S. Paulo

Pelo menos 16 Estados tiveram crescimento de arrecadação igual ou superior a 15% no segundo bimestre de 2021, na comparação com igual período do ano passado. Em sete deles, o aumento foi superior a 20%. Nenhum perdeu receita na comparação com o ano passado. O Estado que teve o desempenho mais fraco foi o Espírito Santo, cuja arrecadação foi igual à de 2020.

Um pouco de inflação, alguma melhora na atividade econômica e a preservação das transferências de recursos da União estão entre os fatores que ajudaram a melhorar a receita dos Estados e do Distrito Federal. Este cenário propiciou uma boa oportunidade para um ajuste fiscal. Mas, com poucas exceções – e percentualmente insignificantes, com exceção dos casos do Espírito Santo (-10%) e São Paulo (-6%) –, os governos estaduais aproveitaram a ocasião para aumentar suas despesas.

Mesmo assim, graças ao bom desempenho da arrecadação, o resultado orçamentário (receita realizada menos despesas liquidadas) deste ano está sendo bem melhor do que o de 2020 para 23 das 27 Unidades da Federação. Esse é o quadro mostrado pelo Relatório Resumido de Execução Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional baseado em informações da execução orçamentária dos Estados.

Mesmo com o crescimento da receita, a relação entre gastos com pessoal e arrecadação superou o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em pelo menos cinco Estados. Os resultados conhecidos até agora se baseiam em informações prestadas pelos governos estaduais. Os números podem ser maiores quando forem concluídos os demonstrativos fiscais que as Unidades Federativas são obrigadas a apresentar ao Tesouro.

Os Executivos estaduais que superaram o limite de 49% da receita corrente líquida para o pagamento de pessoal foram os do Acre (51,3%), Minas Gerais (50,0%), Paraíba (49,6%), Rio de Janeiro (57,1%) e Rio Grande do Norte (53,2%).

Na maioria dos Estados os gastos com inativos e pensionistas superam 30% das despesas totais do pessoal. Em São Paulo, o custo proporcional de inativos e pensionistas é o mais alto entre todos os Estados, com 52%. Ou seja, eles custam mais para os contribuintes do que os servidores em atividade.

Economia rebate críticas à tributária

O Estado de S. Paulo

Após as críticas do setor produtivo de que o governo pesou a mão na taxaçaõ das empresas na proposta de reforma do Imposto de Renda (IR), o assessor especial do Ministério da Economia para a reforma tributária, Isaías Coelho, diz que o projeto seria pró-distribuição de renda, ao redistribuir o peso da carga tributária com mais justiça e em linha com o que é praticado no resto do mundo.

“Há 25 anos, nós não tributamos dividendos. Para o acionista é um paraíso. Mas, do ponto de vista social, não é certo”, afirma Coelho ao Estadão. Ele diz que o projeto permite desonerar a empresa e dar uma folga maior do Imposto de Renda ao trabalhador assalariado.

Pelo texto, a distribuição de lucros e dividendos pelas empresas aos seus acionistas passará a ser cobrada com uma alíquota de 20%. O valor foi considerado muito alto pelo setor empresarial, que chiou e começou, já no fim de semana, depois do anúncio do projeto na sexta-feira, uma mobilização de pressão sobre os deputados para ajustes no texto.

Segundo apurou o Estadão, empresários procuraram o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-al), e outras lideranças do Congresso para pedir mudanças. Uma das críticas é de que o projeto vai afugentar investidores, principalmente os estrangeiros.

Os empresários querem reduzir a alíquota de 20% para 10%. Mas um meio-termo, de 15%, já está na mesa de negociação. A faixa de isenção de R\$ 20 mil para a taxaço do lucro e dividendos também poderá ser alterada. No mercado financeiro, os analistas começaram a divulgar estimativas de impacto das mudanças nas grandes empresas, e as notícias do projeto têm influenciado os preços.

A volta da taxaço de dividendos foi tema de debate na campanha eleitoral e ganhou mais apoiadores com a pandemia da covid-19, que aumentou a pobreza no Brasil e alimentou a defesa por uma melhor distribuição de renda no País.

Os empresários reclamam que a reduço do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para compensar a taxaço dos lucros e dividendos foi pequena. Coelho admite que a equipe econômica gostaria que a reduço de cinco pontos porcentuais (de 34% para 29% num prazo de dois anos) na alíquota fosse maior, mas as restriçoes fiscais impediram um movimento mais forte.

“É o que foi possível fazer”, diz. “Ninguém gosta de pagar imposto. Quem pode estar infeliz é quem estava totalmente isento. São as pessoas que recebem dividendos e terão que pagar 20%.” Na avaliação dele, o projeto deve ser analisado com um conjunto, com todas as suas medidas, entre elas, as que dão tratamento mais uniforme à tributaço do IR sobre os ganhos no mercado de capitais.

Ao rebater as críticas de que o projeto atrapalha os investimentos externos no País, Coelho ressalta que, para o investidor, o que interessa é a situaço da empresa, a reduço da alíquota do IRPJ e o aumento da capacidade da empresa de fazer mais investimentos. Na regra atual, explica o assessor, uma empresa com lucro de R\$ 1 milhão tem de tirar R\$ 340 mil para pagar de imposto. Sobram R\$ 660 mil para investir ou distribuir aos acionistas. Agora, com o projeto, pagará R\$ 290 mil, sobrando R\$ 710 mil. “Sobrará mais dinheiro no caixa. Ela pode distribuir um pedacinho e deixar o resto para distribuir mais adiante. O fato é que tem um efeito positivo em termos de caixa”, justifica.

Ele reconhece que as empresas que declaram pelo lucro presumido, como os escritórios de advocacia, vão pagar mais. “Elas pagam muito menos imposto. Nesse caso, o impacto é alto e é certo. Tem de cobrar mesmo. Todos têm de pagar e elas não estavam pagando”, diz.

A chamada “pejotização”, avalia, não ficará tão interessante com a mudança como apontam alguns especialistas. A pejotização é a prática de profissionais liberais com ganhos mais elevados pagarem menos imposto como pessoa jurídica. “Vai correr para onde? Para o lucro presumido? Lá aumentou muito, se tornou muito menos interessante. Muita gente que está declarando pelo lucro presumido não vai nem querer estar lá.” Eventuais mudanças em outras isenções serão tratadas em separado na PEC emergencial.

Novo IR põe em xeque fundos imobiliários

Broadcast

A proposta de reforma tributária do governo Jair Bolsonaro não foi comemorada pelo setor produtivo, por especialistas e, muito menos, por investidores. No último caso, há um desânimo ainda maior daqueles que investem em fundos imobiliários. Isso porque o governo quer cobrar 15% de Imposto de Renda nos dividendos distribuídos pelos fundos. Atualmente, o IR é isento na modalidade.

Isso, na visão de especialistas, pode desacelerar ou até mesmo interromper o crescimento robusto dos fundos imobiliários nos últimos anos. O número de fundos listados em Bolsa subiu de 156, em dezembro de 2017, para 342 em abril deste ano, segundo o mais recente levantamento divulgado pela B3. Mesmo durante a pandemia, entre maio de 2020 e abril deste ano, saíram de um patrimônio líquido de R\$ 98 bilhões para R\$ 152 bilhões. “Somente neste ano, o mercado teve R\$ 21 bilhões em captação, e eu esperava que dobrasse até o fim do ano. Mas agora, sem saber como vai ser a tributação, paralisa o mercado”, diz André Freitas, CEO da Hedge Investments, gestora de fundos imobiliários, com R\$ 8 bilhões em ativos sob gestão.

Mesmo com a reforma ainda longe de uma aprovação, a proposta já trouxe efeitos. O Índice de Fundos Imobiliários (IFIX) caiu 3% desde o anúncio. O número de emissões também deve ser afetado. Neste momento, há 25 operações, que totalizam

R\$ 6 bilhões, segundo levantamento feito pela Suno Research. Das 25 operações, há duas ofertas iniciais (fundos estreantes na Bolsa) e 23 emissões secundárias (de fundos já existentes).

“Aqueles ofertas que começaram há mais tempo e estão no período final de captação, ultrapassando o mínimo previsto, serão concluídas. Mas, as que estão no começo, devem acabar suspensas”, diz Marcos Correa, especialista em fundos imobiliários da Suno.

Coincidência ou não, o fundo XP Industrial suspendeu emissão de cotas de R\$ 150 milhões, alegando “motivações técnicas, sem relação direta com o cenário político”.

Uma das principais críticas de parte do mercado é como foi feita a escolha de tributação para fundos imobiliários. Outros produtos ligados ao setor continuarão isentos do IR, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Tanto o LCI quanto o CRI são títulos de renda fixa emitidos por bancos e securitizadoras.

Para Danilo Catarucci, sócio do banco de investimentos BR Partners, a mudança é uma “aberração” que pode atrapalhar o desenvolvimento do mercado imobiliário. Muitos viam nos fundos imobiliários uma possibilidade de turbinar os investimentos. Com a tributação, pode ficar menos vantajoso. “O setor imobiliário vinha trocando dívida bancária pelo mercado de capitais, e diversas empresas vinham economizando”, diz Catarucci. “E, se o mercado der uma desacelerada, os investidores também terão menos ativos com liquidez.”

Para o economista Bernard Appy, fundador do Centro de Cidadania Fiscal, o melhor é tributar todo o setor. “As isenções geram muitas distorções”, afirma. Segundo ele, uma empresa de lucro presumido paga de 11,3% a 14,5% de imposto, enquanto quem recebe por fundos imobiliários não paga nada. “Obviamente, a mudança vai prejudicar os FIIS, mas a legislação atual os favorece indevidamente”, diz.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalho	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Quantidade	39	13	19	2
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Abril
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051

Fonte: CIPP